

# **POLÍCIA MILITAR**

**DE MINAS GERAIS**

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS  
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**

## **GABARITO OFICIAL**

### **CFSd 2019 – PROVA TIPO "A"**

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D

21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D
26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 03 de setembro de 2018.

**(a) CARLA CRISTINA MARAFELLI, TEN CEL PM**

Chefe do Centro de Recrutamento e Seleção



**Nota técnica 07/2018 - CRS - Concurso nº 0618 – Concurso público para admissão ao Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar de Minas Gerais, para o ano de 2019 (CFSd QPPM/2019).**

Visando melhor compreensão das questões recorridas pelos candidatos do CFSd QPPM/2019, **Edital DRH/CRS n. 06/2018, de 29 de junho de 2018**, apresentamos o embasamento legal para as questões, conforme quadro abaixo:

QUESTÃO (REFERÊNCIA PROVA TIPO “A”)	PARECER DA COMISSÃO	JUSTIFICATIVA / EMBASAMENTO LEGAL
<p><b>1ª QUESTÃO</b> - Marque a alternativa <b>CORRETA</b> que corresponda ao perfil psicológico do personagem protagonista da história:</p> <p>A. ( ) Possui hábitos incomuns aos demais cidadãos no tocante aos seus deveres do cotidiano, mas age de forma previsível e irrepreensível para satisfazer seus desejos íntimos.</p> <p>B. ( ) Possui hábitos anormais aos demais cidadãos no tocante aos seus deveres do cotidiano, mas age de forma esperada e magistral para satisfazer seus desejos íntimos.</p> <p>C. ( ) Possui hábitos incomuns aos demais cidadãos no tocante aos seus deveres do cotidiano, mas age de forma irreprovável e incensurável para satisfazer seus desejos íntimos.</p> <p><b>D. ( ) Possui hábitos comuns aos demais cidadãos no tocante aos seus deveres do cotidiano, mas age de forma imprevisível e repreensível para satisfazer seus desejos íntimos.</b></p>	<p><b>RECURSOS INDEFERIDOS</b></p>	<p>O candidato solicita a anulação da questão alegando, em síntese, que não há resposta correta segundo as alternativas oferecidas pela banca. Contudo, o hábito de chegar em casa sobrecarregado de tarefas é comum aos demais cidadãos e só há uma opção que prevê este estado comum. Assim, só há uma opção que descreve a forma de agir imprevisível do protagonista.</p> <p>Outra candidata solicita a anulação da questão alegando, em síntese, que por se tratar de termos clínicos e técnicos das ciências da psicologia, psicopatologia, psiquiatria, dentre outras, não previstas no conteúdo programático, não há resposta correta segundo as alternativas oferecidas pela banca.</p> <p>A análise solicitada na questão versa sobre os hábitos do personagem, no campo da literatura e não no campo científico.</p>

<p><b>2ª QUESTÃO</b> - Leia o trecho apresentado e marque a alternativa <b>CORRETA</b>.</p> <p>“(...) ao ver os pára-choques salientes do meu carro, o reforço especial duplo de aço cromado, senti o coração bater apressado de euforia. (...). Saí, como sempre sem saber para onde ir, tinha que ser uma rua deserta, nesta cidade que tem mais gente do que moscas. Na avenida Brasil, ali não podia ser, muito movimento. Cheguei numa rua mal iluminada, cheia de árvores escuras, o lugar ideal. Homem ou mulher? Realmente não fazia grande diferença (...)”</p> <p>Baseado no trecho apresentado, podemos afirmar que o autor desvela uma personagem que demonstra:</p> <p>A. ( ) Amor à máquina e a seus semelhantes.  B. ( ) Necessidade de guiar seu carro pelas ruas ermas da cidade.  <b>C. ( ) Desprezo a seus semelhantes, um desejo de transgredir.</b>  D. ( ) Medo de dirigir pela avenida Brasil por ser muito movimentada.</p>	<p><b>RECURSOS INDEFERIDOS</b></p>	<p>Alguns candidatos solicitam a anulação da questão alegando, em síntese, que a resposta mais adequada é a de letra “C”.  Outros candidatos alegam que a resposta apresentada como correta só seria possível após a leitura de todo o texto.  Razão não assiste aos recorrentes. Quando a personagem rejeita cometer seu ato na avenida Brasil, porque era muito movimentada, já fica evidente seu desejo de ocultar seu ato, dada sua ilegalidade, isso é desejo de transgredir normas. Quando a personagem não se importa com o sexo de sua potencial vítima, ela prova o desprezo aos seus semelhantes, ou seja, qualquer um servia para seu crime. A alternativa “C” não discorre sobre a parte do trecho que a personagem ignora, em tom de desprezo, o sexo de suas possíveis vítimas.</p>
<p><b>3ª QUESTÃO</b> – Leia o trecho a seguir:</p> <p>“(...) Então vi a mulher, podia ser ela, ainda que mulher fosse menos emocionante, por ser mais fácil. (...) Ela só percebeu que eu ia para cima dela quando ouviu o som da borracha dos pneus batendo no meio-fio. (...) ouvi o barulho do impacto partindo os dois ossões, dei uma guinada rápida para a esquerda, passei como um foguete rente a uma das árvores e deslizei com os pneus cantando, de volta para o asfalto. Motor bom, o meu, ia de zero a cem quilômetros em nove segundos. (...)”</p> <p>Marque a alternativa <b>CORRETA</b> que corresponda ao momento da narrativa que é evidenciado pelo trecho acima:</p> <p><b>A. ( ) Momento ápice ou clímax da narrativa.</b>  B. ( ) Momento subsequente ao ápice ou clímax da narrativa.  C. ( ) Momento do desfecho final da narrativa.  D. ( ) Momento introdutório da trama da narrativa.</p>	<p><b>RECURSO INDEFERIDO</b></p>	<p>A candidata solicita a anulação da questão alegando, em síntese, que a alternativa considerada pela banca como correta no gabarito seja considerada incorreta e a resposta modificada para letra B (referência prova A), uma vez que o momento da narrativa (momento ápice ou clímax) que é evidenciado pelo trecho apresentado na questão ocorre exatamente neste momento:  “Cheguei numa rua mal iluminada, cheia de árvores escuras, o lugar ideal. Homem ou mulher? Realmente não fazia grande diferença, mas não aparecia ninguém em condições, <u>comecei a ficar tenso, isso sempre acontecia, eu até gostava, o alívio era maior.</u>”  Segundo a candidata, nesse momento ele evidencia sua euforia em transgredir à vontade insana de cometer o crime contra a mulher e no trecho seguinte o que é exposto na questão ele descreve como executar sua necessidade de partir com seu carro para cima das pessoas (no caso a mulher). Os serial killers portadores de psicose, são delinquentes vaidosos buscando o crime como satisfação</p>

		<p>de prazer.</p> <p>Ou seja, o prazer dele de sair todas as noites para matar e sentir essa tensão é o ápice ou clímax da narrativa e subsequentemente ele elucida como gosta de agir com as vítimas.</p> <p>O texto narrativo é baseado na ação que envolve personagens, tempo, espaço e conflito. E exibe uma determinada estrutura, oriunda de uma apresentação, complicação ou desenvolvimento;</p> <p>Clímax e Desfecho. O momento ápice ou clímax numa narrativa é o ponto alto de tensão do drama, ou seja, o momento chave da história, ocorre a partir do desenvolvimento de um conflito, imediatamente antes do desfecho. Não cabe anulação da questão.</p>
<p><b>4ª QUESTÃO</b> – Leia o fragmento a seguir e marque a alternativa <b>CORRETA</b>.</p> <p>“Examinei o carro na garagem. Corri orgulhosamente a mão de leve pelos pára-lamas, os pára-choques sem marca. Poucas pessoas, no mundo inteiro, igualavam a minha habilidade no uso daquelas máquinas.”</p> <p>No fragmento, o autor demonstra que o personagem se orgulha da sua perícia e do veículo intacto. No entanto, ao analisarmos todo o texto podemos afirmar que:</p> <p>A. ( ) O personagem demonstra um sentimento de rejeição ao poder que lhe inspira a potência do carro.</p> <p>B. ( ) O personagem demonstra um sentimento faccioso em relação ao sentimento altruísta que lhe inspira a sua vítima.</p> <p><b>C. ( ) O personagem se inebria com a sensação de poder, materializada na potência do carro e na sua inigualável habilidade no uso da máquina.</b></p> <p>D. ( ) O personagem demonstra um sentimento de pragmatismo em relação à potência do carro e sua habilidade no uso da máquina.</p>	<p><b>RECURSOS INDEFERIDOS</b></p>	<p>Os candidatos solicitam a anulação da questão alegando, em síntese, que a alternativa considerada como correta pelo gabarito oficial não responde à questão, situação que impossibilitou de fazerem a marcação correta.</p> <p>Os recorrentes usam o significado dicionarizado do vocábulo “INIGUALÁVEL” para considerar a resposta do gabarito oficial da prova como INCORRETA. Contudo, o que se pediu na 4ª. questão da prova vai além do sentido semântico. Tenha a observância que na questão é solicitado uma análise de todo o texto, numa contraposição ao excerto, que se justifica pelo emprego da conjunção adversativa (no entanto). Note que no fragmento é referenciado a poucas pessoas igualar a habilidade no uso das máquinas, ou seja, no plural, quer dizer na direção dos automóveis. Não obstante, a resposta apresentada para a questão da prova, ressalta da inigualável habilidade no uso da máquina, ou seja, no singular, situação que se refere a capacidade da personagem de usar aquele automóvel para atropelar pessoas. Assim, a alternativa que corresponde como a opção certa da 4ª. Questão da prova está adequada e correta, então, segue-se o que fixou o gabarito oficial da prova.</p>

<p><b>5ª QUESTÃO</b> – Leia o fragmento a seguir e marque a alternativa <b>CORRETA</b>.</p> <p>“A família estava vendo televisão. Deu a sua voltinha, agora está mais calmo?, perguntou minha mulher, deitada no sofá, olhando fixamente o vídeo. Vou dormir, boa noite para todos, respondi, amanhã vou ter um dia terrível na companhia.”</p> <p>De acordo com o fragmento apresentado, podemos afirmar que o protagonista vive em um mundo de:</p> <p>A. ( ) Reflexão e integração.  <b>B. ( ) Isolamento e fragmentação.</b>  C. ( ) Relaxamento e dedicação.  D. ( ) Massificação e satisfação.</p>	<p><b>RECURSOS INDEFERIDOS</b></p>	<p>Os candidatos solicitam a anulação da questão alegando, em síntese, que a alternativa disponibilizada pela banca não é a resposta correta, de acordo com o contexto apresentado.</p> <p>O fragmento revela o quão distante e deslocado o personagem está daquele cotidiano familiar, onde os membros reúnem-se em frente à televisão para distraírem-se.</p>
<p><b>6ª QUESTÃO</b> – Leia o trecho apresentado e responda à questão abaixo:</p> <p>“A família estava vendo televisão. Deu a sua voltinha, agora está mais calmo?, perguntou minha mulher, deitada no sofá, olhando fixamente o vídeo. Vou dormir, boa noite para todos, respondi, amanhã vou ter um dia terrível na companhia.”</p> <p>Com base no trecho acima, marque a alternativa <b>CORRETA</b> que corresponda à inferência feita pela mulher em relação ao passeio de carro feito pelo marido:</p> <p>A. ( ) A mulher inferiu que o passeio não seria uma maneira do marido liberar o estresse diário.  B. ( ) A mulher inferiu que o passeio seria uma maneira do marido, relaxado, conduzir o carro sem um objetivo específico.  C. ( ) A mulher inferiu que o passeio seria uma maneira do marido se ocupar com algo inútil que aumentasse o nível de estresse diário.  <b>D. ( ) A mulher inferiu que o passeio seria uma maneira do marido liberar o estresse diário.</b></p>	<p><b>RECURSOS INDEFERIDOS</b></p>	<p>Os candidatos solicitam a anulação da questão alegando, em síntese, que não há resposta correta segundo as alternativas oferecidas pela banca.</p> <p>Que a esposa demonstra tom irônico no trecho “Deu sua voltinha, agora está mais calmo”.</p> <p>A mulher entende que o passeio do marido é uma forma de relaxamento da sobrecarga de tarefas a que ele é submetido no local de trabalho, a exemplo de seu hábito de assistir televisão para distrair-se. Ademais, não há traços de ironia ou sarcasmo da parte da esposa frente ao comportamento do marido.</p>

<p><b>9ª QUESTÃO</b> – Quanto ao emprego de pronomes, marque a alternativa <b>CORRETA</b>.</p> <p>A. ( ) <b>Os pneus, troquei-os logo após o passeio noturno.</b>  B. ( ) Me espantei com a potência do motor e a rigidez dos para-choques.  C. ( ) Não maltratei-a, apenas acelerei até deixar ela caída em meio a poeira.  D. ( ) Depois, me encaminhei para casa eufórico e feliz.</p>	<p><b>RECURSOS INDEFERIDOS</b></p>	<p>Alguns candidatos solicitam a anulação da questão alegando, em síntese, que a resposta correta para questão seria a prevista em alternativa diversa da prevista no gabarito divulgado.</p> <p>Razão não assiste aos recorrentes. A alternativa “B” não responde ao enunciado porque não se inicia frase com pronome oblíquo. Na alternativa “C” temos uma palavra de sentido negativo que atrai o pronome para antes do verbo. A alternativa “A” está correta porque é um caso de pronome átono empregado após o verbo. Já na alternativa “D” temos uma pausa depois do advérbio e, nesses casos, o correto é o emprego da ênclise.</p> <p>Outros candidatos solicitam a anulação da questão alegando, em síntese, que o conteúdo da questão não se encontra previsto no Programa de Matérias do edital.</p> <p>Razão não assiste aos recorrentes. O emprego de pronomes está devidamente previsto no anexo P do edital, em seu item 11 e a Sintaxe de Colocação está diretamente ligada à matéria ao definir o emprego do pronome oblíquo, suas próclises, mesóclises e ênclises, além das regras afetas aos pronomes átonos.</p>
<p><b>11ª QUESTÃO</b> - Marque a alternativa <b>CORRETA</b> em relação à idade prevista no Código Penal para as pessoas penalmente inimputáveis:</p> <p>A. ( ) Menores de 21 (vinte e um) anos.  B. ( ) Menores de 16 (dezesseis) anos.  <b>C. ( ) Menores de 18 (dezoito) anos.</b>  D. ( ) Menores de 14 (quatorze) anos.</p>	<p><b>RECURSO INDEFERIDO</b></p>	<p>O candidato, em sua justificativa, alega que o edital deixa claro que será uma resposta correta e que, na questão em tela, existem três alternativas corretas, pois a pergunta foi em relação à idade prevista no Código Penal para as pessoas “imputáveis”. Desta forma, pelo Código Penal, seriam os menores de 18 anos e que as três alternativas estariam corretas por se tratarem de menores de 18, 16 e 14 anos.</p> <p>Ao analisar a justificativa, verifica-se que o candidato alegou que o enunciado da questão foi relacionado à idade prevista para as pessoas imputáveis, contudo a questão em tela, traz em seu enunciado para que o candidato marque a alternativa correta “em relação à idade prevista no Código Penal para as pessoas penalmente inimputáveis”.</p> <p>Outro ponto mencionado pelo candidato é a existência de três alternativas corretas para a questão, contudo o Código Penal, em relação à inimputabilidade penal, traz expressamente que os menores de 18 anos são considerados inimputáveis, contemplando todos indivíduos</p>

		<p>com idade de 0 a 18 anos incompletos. O candidato, ao considerar que os menores de 14 anos ou menores de 16 anos são considerados inimputáveis, exclui os indivíduos idades superiores e que são considerados inimputáveis de acordo com o Código Penal.</p>
<p><b>25ª QUESTÃO</b> – Em relação ao crime militar, é <b>CORRETO</b> afirmar:</p> <p>A. ( ) Nos casos previstos no Código Penal Militar, não há punição em relação ao crime tentado.  <b>B. ( ) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.</b>  C. ( ) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, sempre diminuída de um terço.  D. ( ) Nos casos previstos no Código Penal Militar, em relação à tentativa, é vedada a aplicação da pena correspondente ao crime consumado.</p>	<p><b>RECURSO INDEFERIDO</b></p>	<p>A candidata solicita a anulação da questão alegando, em síntese, que a alternativa apontada pelo gabarito como correta encontra-se com redação diferente da disposta no art. 30 do Decreto lei 1001/69. Fazendo uma análise do parágrafo único do art. 30 não cabe razão ao recurso uma vez que a interpretação não é realizada em partes e sim pelo todo. Quando se afirma que será aplicada a pena do crime diminuída de um a dois terços, claramente a pena que se refere é a pena do crime consumado, diminuída de um a dois terços. O fato de estar escrito na alternativa correta da prova, a palavra ‘consumado’ somente reforça a ideia que a pena do crime consumado é que será diminuída de um a dois terços. A interpretação da norma deve ser feita de forma literal. Conclui-se então que o fato da palavra ‘consumado’ estar presente na alternativa não altera em nada a letra da lei, vindo sim a reforçar a ideia de que a pena do crime tentado será a pena do consumado diminuída de um a dois terços.</p>
<p><b>27ª QUESTÃO</b> – Sobre a deserção, nos termos do Código Penal Militar, analise as assertivas abaixo, e marque a alternativa <b>CORRETA</b>.</p> <p>I. O crime de deserção se consuma quando o militar se ausenta da unidade em que serve por oito dias.  II. Tanto o oficial como a praça tem a mesma pena cominada quando cometerem a referida infração penal.  III. Se uma praça deixar de proceder contra desertor, sabendo onde este se encontra, cometerá o crime de omissão de militar.  IV. Um tio que der asilo a seu sobrinho, que é militar desertor, cometerá o crime de favorecimento a desertor.</p> <p>A. ( ) Somente 01 (uma) alternativa é falsa.  B. ( ) Somente 02 (duas) alternativas são verdadeiras.  C. ( ) Todas são verdadeiras.  <b>D. ( ) Somente 01 (uma) alternativa é verdadeira.</b></p>	<p><b>RECURSO DEFERIDO</b></p>	<p>A candidata alega que a assertiva IV da questão está incorreta, solicitando anulação por não haver alternativa a ser marcada. Afirma que a conduta prevista no art. 193 do CPM “<u>dar asilo</u>”, por si só, não configura o crime de favorecimento a desertor. Aponta que o crime exige que o sujeito ativo saiba ou tenha razão para saber que o desertor cometeu qualquer dos crimes previstos no Capítulo II, Título III do CPM. Apresentou posição doutrinária que corrobora sua afirmação, inclusive mostrou o texto da Lei (CPM) que mostra a exigência da ciência do autor. Segundo a candidata, a questão não deixa claro que o autor sabia ou tinha razão para saber da situação de desertor do abrigado, considerando a assertiva IV como incorreta. Analisando a assertiva IV, pelo texto contido, não fica claro se o autor (tio) tinha ciência da condição de desertor do militar (sobrinho), o que, de fato, dá margem para</p>

interpretação de que não há configuração do crime, tornando a assertiva falsa.  
Como as demais assertivas são falsas e a assertiva IV passou a ser também falsa, a questão não apresenta alternativa correta a ser assinalada, devendo, assim, ser ANULADA.

**Item 6.8.2 do edital nº 06/18: havendo anulação pela administração de questão da prova, os pontos a ela atribuídos serão revertidos para todos os candidatos, sendo, portanto, computados apenas aos candidatos que tenham errado a referida questão.**

**31ª QUESTÃO** – O 150º Batalhão é responsável pela 301ª CIA PM, 302ª CIA PM, 303ª CIA PM e 304ª CIA PM. Nesse Batalhão, no ano de 2017, todas as CIAS PM obtiveram redução percentual (%) nos crimes em relação ao ano de 2016. Com base nas informações contidas no gráfico abaixo, marque a alternativa **CORRETA**.

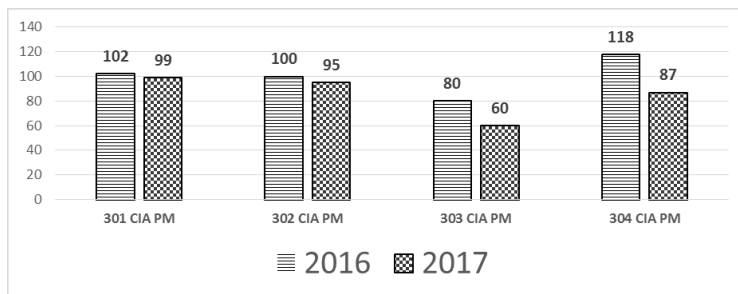


GRÁFICO: crimes na área do 150º BPM, por CIA PM – 2016 a 2017:  
FONTE: Dados e informações fictícias.

- A. ( ) A 301ª CIA PM obteve maior redução percentual que a 304ª CIA PM.  
B. ( ) A 303ª CIA PM conseguiu reduzir os crimes em 25%.  
C. ( ) A 303ª CIA PM obteve menor redução percentual que a 302ª CIA PM.  
D. ( ) A 302ª CIA PM conseguiu reduzir os crimes em 12%.

**RECURSO INDEFERIDO**

A candidata solicita a anulação alegando, em síntese, que as afirmações contidas nas alternativas não têm previsão de conteúdo a ser estudado pelos candidatos, segundo as referências bibliográficas indicadas pelo Edital do referido concurso público. Alegou que o conhecimento sobre porcentagem englobaria todos os tipos de estudos referentes a este tipo de cálculo, mas, que o “cálculo de Porcentagem” englobaria apenas as operações que se redundam a resultados percentuais. A recorrente alegou, ainda, que, necessariamente, variações percentuais, não seriam consideradas “uma operação”.

Nota-se que a recorrente está equivocada visto que, neste certame, o estudo das “Variações Percentuais”, constante no subitem 3.05 das referências bibliográficas indicadas no ANEXO “P” - PROGRAMA DE MATÉRIAS CFSd/2019 é relativo ao conteúdo de Estatística.

Finalizamos, reafirmando que, além de os conteúdos exigidos em Estatística, em sede do Edital referenciado, para compreensão e capacidade de resolução da questão estarem perfeitamente amoldados ao subitem “3.05. As variações percentuais”, no caso particular dessa questão existe também a previsão de conhecimentos prévios e indicação de conteúdo no item “5. Análise e Interpretação Matemática de Gráficos Estatísticos” e seus subitens.



<p><b>34ª QUESTÃO</b> – Quanto às normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, estabelecidas na Lei n. 9.807/99, marque “V” para a (s) assertiva (s) verdadeira (s) e “F” para a (s) assertiva (s) falsa (s).</p> <p>( ) A União, os Estados e o Distrito Federal poderão celebrar convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria exclusivamente com entidades não governamentais objetivando a realização dos programas.</p> <p>( ) A proteção poderá ser dirigida ou estendida ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham convivência habitual com a vítima ou testemunha.</p> <p>( ) O ingresso no programa, as restrições de segurança e demais medidas por ele adotadas, por questões de segurança, não terão a anuência da pessoa protegida, ou de seu representante legal.</p>	<p><b>RECURSOS</b></p>	<p>Um candidato, em sua justificativa, alega que a primeira assertiva, que remete ao Art. 1º §1º da Lei n. 9807/99, é verdadeira ao considerar que a União, Estados e Distrito Federal não têm o dever, e sim a opção de celebrar ou não parcerias, para obter o poder de escolha. Por fim, justifica que a assertiva não se encontra errada porque o dispositivo legal, diante do poder de escolha dos entes públicos em fazer parcerias entre si ou com entidades não governamentais, não é vedado a parceria exclusiva com entidades não governamentais ou mesmo entre si, caso seja de interesse dos entes públicos.</p> <p>Entretanto, a questão analisada em sua primeira assertiva de resposta informa que a União, os Estados e o Distrito Federal poderão celebrar convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria <u>exclusivamente</u> com entidades não governamentais objetivando a realização dos programas. Desta forma, a assertiva se torna falsa, em consonância</p>

<p>( ) A solicitação objetivando ingresso no programa deverá ser encaminhada ao órgão executor apenas pelo representante do Ministério Público e pela autoridade policial que conduz a investigação criminal.</p> <p>Marque a alternativa que contém a sequência de respostas <b>CORRETA</b>, na ordem de cima para baixo.</p> <p>A. ( ) V, F, V, F.  B. ( ) F, F, V, V.  <b>C. ( ) F, V, F, F.</b>  D. ( ) V, V, F, V.</p>	<b>INDEFERIDOS</b>	<p>com o gabarito oficial divulgado, haja vista que a celebração dos convênios, ajustes ou termos de parceria também <u>pode ocorrer entre os próprios entes federativos</u>. Isto posto, a assertiva não aborda o Poder de escolha, mas tão somente de que a celebração de convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria não ocorrem exclusivamente com entidades não governamentais, conforme art. 1º §1º da Lei n. 9807, de 13 de Julho de 1999.</p> <p>Outros candidatos alegam, em sua justificativa, que na segunda assertiva houve apenas a transcrição parcial do §1º do art. 2º da Lei n. 9.807/99 ao retirar a expressão final "conforme o especificamente necessário em cada caso" e que dessa forma a assertiva pode ser considerada falsa ou verdadeira, a depender da interpretação do candidato. Aduz, ainda, que a parte final suprimida condiciona a aplicação do próprio parágrafo ao caso concreto, ou seja, o fato de constar na norma que "conforme o especificamente necessário em cada caso", faz com que a interpretação da primeira parte do parágrafo não seja uma verdade absoluta uma vez que a eficácia da norma depende da análise do caso concreto.</p> <p>Entretanto, ao verificar o art. 2º, § 1º da Lei n. 9807/99 resta claro que a proteção poderá ser dirigida ou estendida ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham convivência habitual com a vítima ou testemunha e que a supressão do termo "conforme o especificamente necessário em cada caso" não torna a assertiva falsa ou incompleta, haja vista que o termo ausente apenas aduz que a proteção poderá ser para as pessoas elencadas no referido parágrafo de acordo com a necessidade específica de cada caso, ou seja, é um termo explicativo, mas não condicionante.</p>
<p><b>35ª QUESTÃO</b> - De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos assinale "V" para a (s) assertiva (s) verdadeira (s) e "F" para a (s) assertiva (s) falsa (s).</p> <p>( ) Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa audiência por parte do Tribunal Internacional da ONU, para decidir sobre seus direitos e deveres na esfera do Direito Internacional.</p>		<p>Os candidatos solicitam a anulação da questão alegando, em síntese, que a alternativa "Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa audiência por parte do Tribunal Internacional da ONU, para decidir sobre seus direitos e deveres na esfera do Direito Internacional." faz referência ao Tribunal Internacional da ONU, tema que está contido no Estatuto do Tribunal Internacional e que tal matéria não está constando na bibliografia que seria exigida</p>

<p>( ) Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, sem prévia autorização da autoridade policial.</p> <p>( ) Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.</p> <p>( ) Todo ser humano tem direito a repouso semanal, diversão e lazer oferecido pelo Estado, inclusive a limitação máxima de 44 horas semanais de trabalho e férias anuais remuneradas com adicional de 1/3.</p> <p>( ) Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos possam ser plenamente realizados.</p> <p>Marque a alternativa que contém a sequência de respostas <b>CORRETA</b>, na ordem de cima para baixo.</p> <p>A. ( ) V, F, F, V, F.  <b>B. ( ) F, F, V, F, V.</b>  C. ( ) F, V, F, V, F.  D. ( ) V, F, V, F, V.</p>	<p><b>RECURSOS INDEFERIDOS</b></p>	<p>para a prova aplicada.</p> <p>Contudo, o enunciado da questão restringe a norma sobre a qual o candidato deveria ater-se, sendo que ao analisar as alternativas o mesmo deveria ter por referência somente o contido na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesta mesma lógica, e por óbvio, falsa a afirmativa que traz o termo “Tribunal Internacional da ONU”.</p> <p>Artigo X -Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um <u>tribunal independente e imparcial</u>, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.</p> <p>Outro recorrente alega que a alternativa que contém o termo “Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa audiência por parte do Tribunal Internacional da ONU, para decidir sobre seus direitos e deveres na esfera do Direito Internacional.” é verdadeira ao contrário do gabarito oficial. O recorrente sustenta ainda que “a intenção do examinador era fazer com que os candidatos fizessem confusão com a citada declaração”.</p> <p>Inicialmente cabe ressaltar que o enunciado da questão restringe a norma sobre a qual o candidato deveria ater-se, sendo que ao analisar as alternativas o mesmo deveria ter por referência somente o contido na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesta mesma lógica, e por óbvio, a afirmativa que traz o termo “Tribunal Internacional da ONU” este marcada como falsa.</p> <p>Ainda, ao analisarmos o conteúdo da alternativa acima citada verificamos que ela não está contida na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ademais, o termo “Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa audiência por parte do Tribunal Internacional da ONU, para decidir sobre seus direitos e deveres na esfera do Direito Internacional” tem conteúdo e significado diverso do contido na citada declaração.</p> <p>Sustenta ainda o recorrente que o artigo XXVIII respalda o artigo X dando ao termo igual significado. Entretanto, esta forçosa análise também não prospera haja vista que a questão cuja incide o pedido de retificação faz referência ao Tribunal Penal Internacional e sobre direitos e deveres na esfera do direito internacional, tema que está alijado tanto</p>
---	------------------------------------	--

		do artigo X quanto do XXVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
<p><b>36ª QUESTÃO</b> - Analise as assertivas e marque a alternativa <b>CORRETA</b>, com base na Lei n. 9.455/97 que define os crimes de tortura.</p> <p><b>A. ( ) Constitui, também, crime de tortura, constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa.</b></p> <p>B. ( ) O crime de tortura é inafiançável, hediondo, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.</p> <p>C. ( ) A condenação pelo crime de tortura acarretará a suspensão não remunerada, até o cumprimento total da pena, do cargo, função ou emprego público.</p> <p>D. ( ) O condenado por crime de tortura, na conduta comissiva, iniciará o cumprimento da pena em regime semiaberto sem direito a progressão inicial de regime.</p>	<p><b>RECURSO INDEFERIDO</b></p>	<p>A candidata, em sua justificativa, alega ter duas alternativas corretas para questão, sendo que, a primeira resposta correta é a alternativa “A” com fundamento no Art. 1º, inciso I, alínea “c” e a segunda resposta correta seria a alternativa “D” com fundamento na Súmula Vinculante 26 do STF, assim, fazendo com que a questão seja anulada por ter duas respostas corretas.</p> <p>Por fim, justifica que a assertiva “D” estaria correta por ser inconstitucional o regime inicialmente fechado quanto ao crime de tortura, haja vista o princípio constitucional da individualização das penas especificado na Súmula 26 do STF, ou seja, a candidata alega que a afirmação da questão: “... iniciará o cumprimento da pena em regime semiaberto...” estaria correto.</p> <p>Entretanto, a Súmula 26 do STF declarou inconstitucionalidade do art. 2º da Lei n. 8072/97 e não do art. 1º, §7º da Lei n. 9455/97 que não é abarcado pela citada súmula.</p> <p>Ressalta-se que é importante ainda aduzir que a afirmativa da questão “D”: “... sem direito a progressão inicial de regime.” é uma afirmação falsa o que reforça que toda afirmação é incorreta e o gabarito do certame deve ser mantido.</p>
<p><b>37ª QUESTÃO</b> – Com base no Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais - CEDM – Lei n. 14.310/02, marque a alternativa <b>CORRETA</b>.</p> <p>A. ( ) A sanção disciplinar objetiva preservar a disciplina e tem caráter repressivo e educativo.</p> <p>B. ( ) A repreensão consiste em uma admoestação verbal ao transgressor.</p> <p>C. ( ) A advertência consiste em uma censura formal ao transgressor.</p> <p><b>D. ( ) A demissão é uma das sanções disciplinares previstas no CEDM.</b></p>	<p><b>RECURSOS INDEFERIDOS</b></p>	<p>Os candidatos solicitam a anulação da questão alegando, em síntese, que a questão 37 da prova tipo “A” possui mais de uma resposta correta uma vez que a sanção disciplinar possui caráter repressivo.</p> <p>Conforme prevê o art. 24 a demissão é uma das sanções disciplinares a serem aplicadas. Quanto ao questionamento referente ao caráter da sanção disciplinar pode-se verificar claramente que tem o caráter Preventivo e Educativo, sendo que a sanção de repreensão é vista como uma sanção educativa.</p> <p>Verificando o art 23 do CEDM pode-se concluir que: Art 23. A sanção disciplinar objetiva preservar a disciplina e tem caráter preventivo e educativo.</p>

Belo Horizonte, 01 de outubro de 2018.

**(a) CARLA CRISTINA MARAFELLI, TEN CEL PM  
CHEFE DO CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**